

# **ENTRE A ESTÉTICA E O HÁBITO: O DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR DO RIO DE JANEIRO (1946-1960)**

---

Flávia Brito

Universidade de São Paulo

Publicizado à exaustão, o Conjunto Residencial Pedregulho foi quase sempre relacionado diretamente a seu autor, o arquiteto e urbanista Affonso Reidy. O Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, órgão realizador, é mencionado apenas lateralmente. Quando há alguma concessão, é citada a engenheira/urbanista Carmen Portinho, diretora do DHP durante praticamente toda sua existência e responsável em grande parte pela execução dos projetos. Sem pretender tirar o foco da obra e da genialidade de Reidy, entende-se que há que incluí-la e problematizá-la como parte de um projeto maior de habitação para a cidade do Rio de Janeiro, fruto de um processo histórico, do qual participaram uma gama de outros personagens.

O recorrente destaque que se deu ao Pedregulho, acabou por ofuscar as diversas obras de habitação social no Brasil nos anos 1940 e 1950, como as dos IAPs. As demais obras construídas pelo DHP, os Conjuntos Residenciais Marquês de São Vicente, Vila Isabel e Paquetá, também foram afetadas por este processo de valorização exclusiva dada ao Pedregulho, ficando, no cenário geral, à sua sombra. No entanto, mais grave que ofuscar o brilho individual destas obras, esmaeceu-se no tempo um projeto de habitação popular para a cidade do Rio de Janeiro vindo do grupo dos arquitetos e urbanistas vinculados às causas do movimento moderno. Perdeu-se a unidade da proposta do DHP, que, mesmo com as diversidades internas, sejam formais ou conceituais, buscava dar soluções concretas para o problema da moradia na cidade.

Os anos de existência do Departamento acompanharam e protagonizaram a repercussão da arquitetura moderna brasileira no exterior, o processo de metropolização da cidade e o aumento galopante do número de favelas. Sua resposta habitacional, ou seja, os espaços que projetou e construiu, contemplou estas questões, costurando arquitetura e urbanismo modernos com os problemas sociais urbanos crescentes. O presente trabalho pretende analisar as realizações do Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro, entre 1946 e 1960, problematizando seus paradigmas e embates teóricos.

# **ENTRE A ESTÉTICA E O HÁBITO: O DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR DO RIO DE JANEIRO (1946-1960)**

---

Flávia Brito

Universidade de São Paulo

## **DHP: ALGUMAS QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS**

O Departamento de Habitação Popular (DHP)<sup>1</sup> da Prefeitura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi instituído em abril de 1946.<sup>2</sup> Visava fornecer habitação aos “grupos sociais de salários baixos”, incluindo neles, inicialmente, os servidores do município que viviam em condições precárias de moradia. Funcionou até 1962, quando foi extinto e substituído por outras posturas de enfrentamento da questão habitacional no Rio de Janeiro. O Departamento acompanhou e protagonizou a repercussão da arquitetura moderna brasileira no exterior, o processo de metropolização da cidade e o aumento galopante do número de favelas. Sua resposta habitacional, ou seja, a arquitetura que projetou e construiu, contemplou essas questões, costurando arquitetura e urbanismo modernos com problemas sociais urbanos crescentes.

Esta é uma equação comum, em se tratando da gênese do movimento moderno. Contudo, ganha nova dimensão no âmbito da municipalidade carioca e, sobretudo, nas suas tentativas de enfrentamento da crise de moradia. Até 1946, a prefeitura da cidade garantiu habitação às camadas mais pobres basicamente por meio dos Parques Proletários Provisórios e da concessão de licenças de construção de casas pelo Departamento de Construções Proletárias. O binômio modernismo-habitação foi institucionalizado na prefeitura e levado a cabo pelos profissionais envolvidos na arquitetura moderna. Era uma novidade e significava a consolidação desse saber e sua conseqüente tomada de força dentro das burocracias municipais. Isso não significa dizer que se tornou hegemônico e que foi capaz, ou que a isso se propôs, de equacionar as diferentes vozes que procuraram discutir e solucionar a crise habitacional. Os debates acerca do lugar e do modo de morar do “popular” no Rio de Janeiro eram dos mais inflamados e se avolumavam na mesma proporção em que as favelas e a cidade cresciam. Soluções paralelas à proposta pelo DHP foram apresentadas tanto por órgãos da prefeitura quanto por instituições privadas ou religiosas, tais como a Associação do Lar Proletário, a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião, para citar as que realizaram intervenções.

A postura do DHP ia de encontro às realizações do urbanismo e da habitação em vigor, seja nas experiências internacionais, européias ou americanas, seja nas construções de moradia para os trabalhadores durante o Estado Novo, filiadas ao movimento moderno. Seu principal objetivo era projetar e executar conjuntos habitacionais que fossem alugados por valor “módico” e que estivessem conectados a serviços como escola, creche, clube, posto de saúde, centro comunitário, mercado e lavanderia.

No que se refere às concretizações, o DHP deu continuidade à atividade do Departamento de Construções Proletárias, concedendo projetos e licença às casas unifamiliares isoladas no lote, de iniciativa privada, que se enquadrassem na categoria “populares”. Construiu quatro conjuntos habitacionais, nenhum concluído conforme o projeto. O primeiro foi o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, o Pedregulho, que ganhou fama internacional e, paradoxalmente, acabou por ofuscar as demais realizações do grupo. A primeira versão do projeto data de 1946 e a inauguração parcial aconteceu em 1950. O curvilíneo bloco A só viria a ser completado em 1960, num momento em que o Departamento perdia força na discussão das políticas habitacionais para a cidade. A seguir, em 1950, já em escala diversa, o DHP projetou o Conjunto Residencial de Paquetá, com o intuito de erradicar as favelas da ilha que lhe dá nome. Em paralelo, e inserto num local de grande embate de interesses, desenvolve o projeto do Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, o Gávea. A elaboração desse projeto era a finalização de um processo, iniciado nos anos 30, de erradicação das favelas em redor da Lagoa Rodrigo de

Freitas, cujos moradores, após uma fase de adaptação nos Parques Proletários, iriam morar nas casas definitivas, ou seja, no Conjunto. O edifício residencial foi concluído apenas em 1964, e os edifícios destinados a abrigar os serviços auxiliares nunca foram construídos. Finalmente, o Conjunto Residencial de Vila Isabel tem projeto datado de 1954 e situa-se no terreno do antigo jardim zoológico da cidade. Foi, de todos, o que ficou mais longe da conclusão: o bloco residencial principal nem chegou a ser concluído.

O alcance do Departamento e sua conseqüente importância no cenário urbano carioca daqueles anos não se restringiram aos quatro incompletos conjuntos que construiu, mas a uma efetiva ingerência no que se refere à habitação popular na cidade. O DHP, por intermédio do seu serviço de fiscalização, foi o órgão responsável por conceder licença de construção de casas isoladas e de conjuntos residenciais, tornando-se o legitimador das edificações legais populares na cidade. A fim de dar conta da complexa estrutura e grande número de atividades, trabalharam no Departamento de Habitação Popular diversos profissionais pioneiros no movimento moderno no Brasil. Não era uma só pessoa ou o “gênio” arquitetônico que imaginava soluções e as punha em prática. É indispensável, hoje, que se estude a arquitetura moderna brasileira a partir da ação de grupos de intelectuais e do conjunto de idéias que geraram. Há que diluir a ênfase na batida associação autor/obra e levar em conta a importância da criação de discursos, práticas e cristalizações no âmago da rede de solidariedades e diferenciações dos círculos de intelectuais. Nesse sentido, é crucial ampliar a definição de intelectual, habitualmente conhecido apenas como “literato” e produtor de textos teóricos e reflexivos.<sup>3</sup>

A imagem do grupo do DHP, entendido como tal, esgarçou-se em razão de uma série de constrangimentos políticos, burocráticos e ideológicos. Desde a época de seu funcionamento havia uma percepção de que o grupo do DHP não era capaz de produzir uma imagem digna da importância e da originalidade de seus propósitos, ideais e realizações. É o que mostra o artigo de Geraldo Ferraz, em 1955, publicado na revista Habitat:

*O Departamento de Habitação Popular, que já fez Pedregulho e está construindo o Conjunto da Gávea, não tem uma literatura a propósito do que ele representa – do que ele compreende. Esta é uma falha grave, porque não conheço, embora tenha havido outras iniciativas governamentais, como a que visou os mocambos do Recife, uma repartição voltada para o problema, em nenhuma parte do Brasil. Ora, o DHP poderia oferecer às nossas municipalidades (...) uma informação bastante, capacitando-os a um contato inicial com o problema, com a maneira de enfrentá-lo, racionalmente, isto é, dentro do pensamento urbanizador que deve informar toda boa arquitetura. O Departamento se constituiria assim, em padrão para o Brasil, de órgãos técnicos das prefeituras, visando provocar soluções que poderiam, ao fim de uma certa experiência, chegar a constituir boa contribuição até mesmo para os setores da iniciativa privada.<sup>4</sup>*

As realizações, as peculiaridades e a importância do grupo do DHP foram irremediavelmente destruídas pelo tempo. A unidade das propostas e a possibilidade de compreensão do Departamento como uma opção para a crise habitacional carioca desapareceram. Só restou quase exclusivamente o Pedregulho, entendido como uma bela e rara exceção no cenário geral.

No estudo do Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Rio de Janeiro há, genericamente polarizados, dois aspectos bibliográficos: o primeiro, vindo do campo da arquitetura, muito eloqüente quanto a uma das obras do DHP (o Pedregulho), mas sufocando as demais realizações do grupo e não entendendo as obras em conjunto; o outro, do campo das ciências sociais, geografia e história, praticamente silente quanto ao Departamento, não o incluindo no escopo das realizações de habitação popular no Rio de Janeiro. Duas espirais de movimento que não encontram intercessão, contribuindo apenas axialmente para o entendimento do Departamento em si.

Ter a cidade do Rio de Janeiro um Departamento de Habitação Popular significava aceitar institucionalmente o problema. Significava, ainda, admitir que os trabalhadores precisavam de

casas e que a prefeitura iria construí-las. Foi esse um longo processo de ensaios e tentativas que remonta aos anos 30, não tendo sido a primeira vez que a PDF tinha um Departamento que tratava da habitação popular. E, se a criação do DHP foi parte intrínseca do processo histórico de discussão e promoção de habitação popular na cidade, não lhe cabendo a primazia das realizações, sua especificidade foi dar ao tema um caráter novo no âmbito da municipalidade.

## PLANOS DE AÇÃO

Fundado em abril de 1946, durante a gestão de Hildebrando de Araújo Góes, e subordinado ao Serviço Geral de Viação de Obras, o Departamento de Habitação Popular teve o engenheiro Antônio Arlindo Laviolla, como primeiro diretor e como chefes de serviço Carmen Portinho, Affonso Eduardo Reidy e Francisco de Paula Marques Lopes. Pelo decreto de fundação os objetivos eram:

*(...) a solução do problema da habitação para os grupos sociais de salários baixos, incluindo neles, inicialmente, os servidores da PDF, mediante a construção de grupos residenciais para aluguel módico.<sup>5</sup>*

Sua estrutura era dividida em três Chefias e sete diferentes Serviços:

- Estudos Preliminares (1HP): “a) o estudo das condições existentes das habitações proletárias e insalubres de um modo geral. Censo e estatística dos núcleos de habitação considerados insalubres (favelas, cortiços, etc.); b) escolha das áreas apropriadas para a localização de conjuntos residenciais para operários”.
- Planejamento (2HP): “a) planejamento e execução de conjuntos residenciais populares. Estudos da industrialização e padronização dos elementos da construção; b) exame dos projetos de conjuntos residenciais populares e vilas proletárias a serem construídos por iniciativa particular ou pelos institutos paraestatais”.
- Execução (3HP): “a) orçamento e preparo das concorrências públicas das obras projetadas ou adjudicadas; b) construção direta ou fiscalização das ditas obras”.
- Administração (4HP): “a) estudos econômicos, financiamento e organização das bases para a locação das habitações; b) elaboração de contratos de arrendamento e conservação dos imóveis locados”.
- Fiscalização e concessão de licenças proletárias (2 serviços: 5HP e 6HP): “a) exame dos projetos de conjuntos residenciais ou de residências isoladas; b) fiscalização das construções proletárias licenciadas”.
- Correspondência (7HP): “trabalhos de protocolo, correspondência, contratos, termos, certidões, registros, publicações, arquivo, etc”.<sup>6</sup>

O DHP, no primeiro ano, tratou mais intensamente do licenciamento e fiscalização de habitações populares, embora em seu decreto de fundação constasse a construção de habitações coletivas, chamadas “grupos residenciais”, destinadas, inicialmente, aos funcionários da municipalidade. O compromisso com as questões de industrialização e com a padronização dos elementos construtivos denota que os técnicos da municipalidade carioca, ao elaborarem o plano de ação, estavam de acordo com os pressupostos habitacionais debatidos ao longo dos anos 30, a começar pelo 1º Congresso de Habitação, de 1931. Neste, a preocupação com o aspecto econômico era fundamental, e soluções para reduzir pés direitos, determinar áreas mínimas dos cômodos, reduzir a espessura das paredes, utilizar material mais baratos e eficiente e de modo controlado, ou seja, racionalizar a construção, foram pautas debatidas e aprovadas.<sup>7</sup> A discussão sobre a melhor forma de habitação popular era das mais palpitantes e não havia unanimidade: conjuntos de edifícios x casas isoladas, aluguel x casa própria, eram questões sem resposta correta, cabendo a cada profissional defender seu ponto de vista.

O engenheiro Francisco de Paula Marques Lopes, por exemplo, um dos chefes de Serviço do DHP, onde trabalhou por muitos anos, fiscalizando obras, licenças e legalizações, publica na Revista Municipal de Engenharia o artigo “Um aspecto da habitação proletária”, fruto de uma palestra realizada no 2º Congresso de Engenharia e Indústria, em 1946. Nesse congresso centraliza o argumento na necessidade de construir habitações operárias próximas do centro ou dos bairros residenciais. Localizar nessas áreas as moradias dos trabalhadores (chamados de operários urbanos ou de serviçais dos bairros) significaria, de um lado, reduzir seus problemas de locomoção de casa para o trabalho e, de outro, fornecer a mão-de-obra de que careciam os bairros em crescimento na cidade, como lavadeira, encerador, jardineiro, operário de construção civil, entre tantos outros. As habitações seriam organizadas em quarteirões ou parques proletários auto-suficientes, com serviços que serviriam de verdadeiras escolas de sociedade e vida coletiva para o proletariado. Quanto às críticas negativas ao alojamento de operários em bairros nobres da cidade, sua resposta foi:

*O operário é perfeitamente educável para a vida em sociedade, desde que se lhe proporcionem condições de vida condigna.<sup>8</sup>*

Oferecer uma vida melhor ao trabalhador era também uma das mais significativas preocupações de Carmen Portinho. Interessantemente, as propostas do decreto de fundação do DHP eram idéias que Carmen vinha defendendo nos meses imediatamente anteriores à criação do Departamento. Embora a engenheira tivesse se tornado uma referência no assunto, estudiosa das questões da moradia dos trabalhadores, isso não lhe garantiu, nesse primeiro momento, a nomeação para o cargo de diretora do DHP. Como chefe do Serviço de Estudos Preliminares, tratou dos estudos necessários à realização da primeira unidade de vizinhança, ou “primeiro conjunto residencial auto-suficiente” construído pela prefeitura: o Pedregulho, oficialmente chamado Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes.

O processo de elaboração efetiva do Pedregulho teve início em 1946, como comprova o primeiro estudo de Reidy para o conjunto. Interessantemente, o engenheiro Antônio Arlindo Laviolla, primeiro diretor do DHP (1946-1947), era francamente contrário aos grandes aglomerados populares, como afirmou alguns anos depois, já fora da direção do Departamento:

*Resolveram fazer o Conjunto Residencial de Pedregulho, que é um dos conjuntos mais caros do Distrito Federal. No início, fui muito contra o Conjunto Residencial de Pedregulho. Naquela ocasião foi feito muito esforço para que fôsse construído o núcleo contra a minha vontade. Tinha lages duplas para que não aparecessem as vigas, paredes finas para não aparecessem ressaltos e montantes nas salas. Em todo caso, naquela ocasião, não queriam que se fizesse a estrutura aparecer e o operário tinha que morar em casas de paredes e tetos lisos. O conjunto começou-se a fazer e não está ainda terminado. Em todo caso, foi uma realização. Eu fui contra.<sup>9</sup>*

E não era só Carmen quem argumentava verbalmente e textualmente em favor da construção dos conjuntos. Affonso Reidy, como arquiteto do plano, acreditava na solução que traçara. Apostava na maior economia proporcionada pelos edifícios de apartamentos e defendia seu ponto de vista. Sua arquitetura corrobora suas idéias e pode ser tomada como fonte de interpretação, mas, como são raros e praticamente nulos seus escritos teóricos, vale citar seu veemente parecer na Fundação da Casa Popular, favorável à construção do Conjunto Residencial Deodoro, no Rio de Janeiro. Neste, ficam evidentes os princípios aplicados no DHP:

*(...) qual o tipo de habitação mais indicado para as classes menos favorecidas: o individual ou o coletivo? A favor da habitação individual podemos alinhar os argumentos de permitir maior tranquilidade e isolamento, amplitude de movimentação no jardim e facilidade de vigiar as crianças. Em compensação sua conservação é cara e trabalhosa, obriga a percorrer grandes distâncias para utilizar-se dos serviços externos e absorve grande área de terreno, cabendo a cada habitação uma cota muito elevada do mesmo. Se o custo da*



*construção da casa térrea é mais barato que o do apartamento em edifício de vários pisos, o encarecimento resultante da soma das despesas necessárias à urbanização, instalação externa de água, luz e esgotos, pavimentações, etc. adicionadas à elevada cota correspondente ao terreno, torna, em condições normais, a casa isolada mais onerosa que o apartamento. A habitação coletiva, isto é, em apartamentos, em edifícios de vários andares, embora tenha o custo de construção por unidade, majoradas pelas áreas destinadas aos acessos comuns e às escadas e pela despesa com estrutura, permite uma grande redução na cota de terreno, admite uma maior densidade demográfica, em condições satisfatórias, proporciona maiores áreas livres para recreação, melhores condições de arejamento, economia nas despesas de urbanização e encurtamento das distâncias facilitando a utilização dos serviços comuns externos.<sup>10</sup>*

As posições contrárias aos conjuntos residenciais eram significativas. Sua realização só foi possível com a mudança dos direcionamentos da municipalidade em relação à habitação popular, a partir de 1947, com a administração de Mendes de Moraes. A institucionalização e os direcionamentos teóricos do DHP tinham sido lançados antes da gestão de Carmen Portinho, mas isso não lhes garantiu a concretização até esse momento.

Os projetos do Departamento de Habitação Popular, após a posse de Carmen Portinho no cargo de diretora, estavam conectados ao pensamento urbanístico para a cidade, porque de fato intervinham no espaço urbano e porque Affonso Reidy os interconectava mediante concepções projetuais na prática entre um Departamento e outro. A relação proposta pelo movimento moderno entre habitação e urbanismo dar-se-á em Reidy pelo viés teórico e pragmático: efetivamente, os projetos dos Departamentos de Urbanismo e de Habitação Popular eram elaborados paralelamente. A linha de divisão entre os projetos de cada um dos Departamentos era muito tênue, e era comum que fossem desenvolvidos concomitantemente. O Conjunto Residencial Pedregulho surgiu em consonância com os muitos projetos do Departamento de Urbanismo, e diversos estagiários e arquitetos estavam envolvidos, quase ao mesmo tempo, nos projetos de ambos os Departamentos.<sup>11</sup> Será a própria Carmen Portinho que, alguns anos depois, fará a elucidativa afirmação:

*Habitação é urbanismo, pois a moradia na sua expansão compreende os problemas urbanos gerais. Assim o Departamento de Urbanismo seria consequência do Departamento de Habitação. As soluções se acham interligadas, toda a vez que cuidamos de um conjunto a projetar.<sup>12</sup>*

O mais importante, parece, é o fato de que as concepções habitacionais de Reidy são indissociáveis de suas concepções urbanísticas, uma vez que desenvolvia os projetos como parte de uma política geral de intervenção na cidade. O olhar que lança ao centro da cidade está em nítida conexão com o olhar lançado aos subúrbios, onde se localizavam, cada vez mais, as moradias dos trabalhadores. A implementação dos conjuntos residenciais que propõe é pautada na organização da cidade como um todo.

Em meio às inúmeras polêmicas sobre o caráter da habitação anos 40 e 50, a posição da direção do DHP era clara: os conjuntos residenciais eram prioridade, a parte nevrálgica do programa. O plano habitacional traçado por Carmen Portinho quando diretora do DHP, em 1948, previa a construção de uma unidade residencial auto-suficiente em cada distrito da cidade, nas seguintes localidades: 1º distrito: Avenida Presidente Vargas; 2º distrito: Botafogo ou Gávea; 3º distrito: Pedregulho; 4º distrito: Jardim Zoológico; 5º distrito: Madureira; 6º distrito: Penha; 7º distrito: Jacarepaguá; 8º distrito: Bangu; 9º distrito: Campo Grande; 10º distrito: Santa Cruz; 11º distrito: Ilha do Governador.<sup>13</sup>

Desses onze conjuntos residenciais foram construídos três, Pedregulho, Gávea e Vila Isabel, além de Paquetá, fora da lista inicial. Nenhum deles foi concluído conforme o projeto.

Além desses, foi feito o estudo do Conjunto Residencial das Catacumbas, segundo divulgação da época, “para os ‘favelados’ das margens da Lagoa Rodrigo de Freitas”.<sup>14</sup> Com as quatro unidades edificadas, o DHP, embora com arquiteturas diversas, buscava a concretização do mesmo conceito de habitação: unidades residenciais autônomas, compostas de edifícios de apartamentos com serviços adjacentes à morada, como assistência social individual e de grupo, posto de saúde, escola, mercado, creche, *playground* e lavanderia.

A construção dos quatro conjuntos significava a possibilidade de aplicação dos diversos princípios habitacionais de arquitetura ligados ao movimento moderno, que circulavam no Brasil, mesmo que os ideais de racionalização e economia dos elementos construtivos não tivessem sido plenamente atingidos. Isso porque não se davam soluções únicas aos conjuntos: para cada projeto, Reidy e equipe estudavam o terreno e suas condições gerais, levantando soluções que estivessem de acordo com o lugar. Uma das particularidades do DHP era ter no corpo técnico e consultivo nomes de destaque internacional que elaboraram espaços e elementos arquitetônicos e urbanísticos ímpares na história da arquitetura brasileira. Não somente os painéis de Cândido Portinari ou Anísio Medeiros, nem os jardins de Burle Marx, nem as impactantes estruturas curvilíneas de Reidy, mas também os detalhes, visíveis na execução delicada das esquadrias e nos desenhos elaborados dos diversos elementos vazados, dos armários dos apartamentos e suas divisões internas. Tamanha complexidade, em execução e em qualidade, só poderia verificar-se em meio dotado de especialistas comprometidos com o ideário e capazes de elaborá-lo.

O processo de aplicação do ideário foi significativamente heterogêneo. A execução dos projetos e o posterior acompanhamento dos moradores, nas casas modernas, pelos seus idealizadores, ou seja, durante a gestão de Carmen Portinho (1948-1960), só ocorreram em dois casos: Pedregulho e Paquetá. O ideal de moradia chegou mais próximo de sua completitude nesses dois conjuntos. Para a assistente social Anna Augusta, os conjuntos Marquês de São Vicente e Vila Isabel são eram do DHP. Francisco Bolonha é da mesma opinião quanto ao Marquês de São Vicente, por razões arquitetônicas. Segundo ele, o conjunto teria sido desenvolvido no Departamento de Urbanismo, e não no de Habitação Popular.<sup>15</sup> Tal afirmativa atesta o que a linha divisória entre um departamento e outro era quase invisível. Menos do que significar que o conjunto não era do DHP, confirma a consonância que havia entre as práticas do urbanista e do arquiteto.

A afirmativa da assistente social, no entanto, deve ser considerada. Nos dois conjuntos, até onde as fontes primárias permitiram comprovar, não houve o cumprimento de todas as etapas que envolviam o estabelecimento do conjunto: seleção dos moradores, execução do projeto, acompanhamento dos moradores na mudança e funcionamento dos serviços adjacentes. Isso só ocorreu nos conjuntos de Paquetá e Pedregulho, por razões, grosso modo, político-administrativas.

Os Conjuntos Residenciais do Pedregulho e de Paquetá foram os que mais se aproximaram do ideal completo de habitação idealizado pelos técnicos do DHP. São os exemplos mais acabados dos conjuntos, sobretudo se comparados aos demais, verificando-se neles a realização do ideal de habitar e a tentativa de aplicação das técnicas de utilização das casas e dos espaços adjacentes.

## **O CONJUNTO RESIDENCIAL PEDREGULHO**

O Conjunto Residencial Pedregulho é, quase obrigatoriamente, segundo a historiografia, filiado à matriz teórica e prática de Le Corbusier. A teórica diz respeito aos conceitos da Carta de Atenas, sintetizados rapidamente nos verbos morar, trabalhar, circular e recrear-se. A matriz prática refere-se, em particular, a dois projetos do mestre: a Unidade de Habitação de Marselha e seus estudos para o Rio de Janeiro, onde se vêem grandes estruturas serpenteantes, quase voando por sobre a cidade, não fosse estarem alicerçadas na cidade velha. Affonso Reidy, segundo o francês Yves Bruand, foi o mais corbusiano dos arquitetos da fase heróica, aquele “que permaneceu mais fiel ao espírito de Le Corbusier”.<sup>16</sup> É inegável a influência de Le Corbusier na

obra de Reidy, tendo a admiração intelectual se transformado em amizade. O próprio Reidy afirmou que ler “Por uma arquitetura”, obra seminal do mestre, deu-lhe uma nova dimensão da arquitetura, fê-lo descobrir novo mundo.<sup>17</sup>

Mesmo sem refutar tais teses, no caso do Pedregulho essa influência deve ser levada ao plano referencial, mesclada a outras tantas realizações e escritos teóricos conhecidos por Reidy. Ainda que Corbusier fosse um ícone para essa geração, filiar o Conjunto do Pedregulho exclusivamente à Carta de Atenas e a seu plano para o Rio de Janeiro é incorrer em reducionismos, perdendo-se a possibilidade de problematizá-lo. O primeiro argumento contra à filiação a Unidade de Habitação de Marselha, de 1945-1948,<sup>18</sup> é que foi planejada quase simultaneamente ao Pedregulho. Ambos eram respostas à mesma questão da crise habitacional, que assolava a Europa, reconstruindo-se no pós-guerra, e os países em crescimento, como o Brasil. O Pedregulho e o edifício de habitação do mestre suíço são dois excelentes exemplos de produções arquitetônicas e urbanísticas distintas, cujas semelhanças se devem ao plano teórico comum, advindo do movimento moderno. Cronologicamente, as teorias dos CIAM e os escritos de Corbusier vieram antes do Pedregulho e influenciaram seu planejamento e a formação dos arquitetos envolvidos no projeto. Mas não foram as únicas. As referências intelectuais que afloraram no planejamento do Conjunto Residencial do Pedregulho eram muito diversificadas. A imagem das edificações serpenteantes planejadas por Corbu podem ter se impregnado no imaginário arquitetônico de Reidy e aflorado em aspectos formais de sua obra. Mas o Pedregulho é muito mais do que uma fração da obra de Corbusier, é um somatório de influências teóricas e é uma das respostas do DHP à crise de moradia no Rio de Janeiro.

O fato de o conjunto ser fruto de uma iniciativa municipal, sujeito a inúmeras restrições ideológicas e orçamentárias, já seria suficiente para relativizar a posição de Reidy, que, com lápis, papel e idéias, produzia arquitetura genial. Não que as arquiteturas de cada um dos elementos do Pedregulho não sejam de enorme valor arquitetônico, desde o plano geral ao detalhe. Mas sua produção é fruto de processo intelectual de diversas influências, sejam externas ao arquiteto, por intermédio dos outros agentes decisórios, como prefeitos do Distrito Federal, Carmen Portinho, arquitetos, engenheiros e assistentes sociais do DHP, ou internas, pela elaboração intelectual, por Affonso Reidy, das influências recebidas, além da de Le Corbusier.

O plano inicial do Conjunto Residencial do Pedregulho previa todos os elementos vitais ao funcionamento de uma unidade de vizinhança: escola, mercado, lavanderia, posto de saúde, blocos residenciais com apartamentos duplex, piscina com vestiários, ginásio, quadra esportiva, grandes jardins com *playground*, clube e creche. A unidade seria localizada em uma grande quadra, com ruas internas acessíveis somente a pedestres e circundada de ruas para carros. A hierarquia de vias era também um dos pontos cruciais no planejamento das habitações, para dar ao trabalhador a segurança de circular pelo conjunto, aproveitar seus equipamentos e deixar os filhos brincar livremente nas imediações dos apartamentos.

O conjunto residencial teve quatro planos gerais, o definitivo construído apenas parcialmente. Sua primeira parte foi inaugurada em 1950: dois blocos residenciais, com 56 apartamentos duplex de quatro quartos, mercado, lavanderia e centro de saúde, somados aos jardins de Burle Marx e ao painel de Anísio Medeiros<sup>19</sup> para o Centro de Saúde. Escola, piscina, vestiário e ginásio de saúde foram inaugurados em 1951. O painel de Portinari foi colocado em 1952, depois de uma polêmica entre o pintor e o prefeito Mendes de Moraes.<sup>20</sup> Este, um general, não poderia aceitar que um comunista fizesse um painel de azulejos para uma construção da prefeitura, pago inclusive por ela.<sup>21</sup> O curvilíneo bloco A ficou parcialmente pronto em 1958, mas sua ocupação total deu-se em outra administração, na década de 60, quando Reidy e Carmen já estavam aposentados. O bloco C, a creche e o berçário contíguos, ligados aos demais edifícios por uma passagem subterrânea, nunca foram construídos, sequer iniciados. Deve-se isso à grande demora na construção do bloco A, que provocou incontáveis críticas e polêmicas na municipalidade. Alegava-se que era impossível resolver o problema da falta de moradias com a construção de conjuntos nesse padrão de sofisticação.



O plano habitacional desejado, modelar, “para chamar a atenção do mundo”, não pôde ser realizado plenamente no Conjunto Residencial do Pedregulho. No âmbito da arquitetura, o que se tem são feições únicas, de fato singulares, de um projeto de habitar a um só tempo “carioca”, feito e idealizado para os problemas do Rio de Janeiro, e internacional, porque em perfeita sintonia com os preceitos habitacionais do cenário do pós-guerra. Mas incompleto. O que se imaginou como Pedregulho jamais aconteceu. O bloco A ficou pronto e nunca foi ocupado pelos moradores selecionados em 1948 pelas assistentes do DHP. Nem foi administrado na gestão de Carmen Portinho, servindo de moeda de troca no complicado jogo político do jovem estado da Guanabara. O bloco C não saiu do papel, e passados os anos iniciais do DHP, deixou de ser mencionado. O posto de saúde teve seu objetivo desvirtuado, deixando de servir à comunidade local para tornar-se um Hospital de Toxicose. A lavanderia, cuja utilização foi alvo de alguma resistência dos moradores, não funcionou como planejado.

A glorificação do Conjunto Residencial do Pedregulho, nos meios especializados, deu-se pela realização de uma arquitetura, com o desconhecimento da frustração de uma idéia. Publicado e divulgado por suas formas magníficas e por ser tido como raríssima exceção da construção, no Brasil, de arquitetura com função social, ganhou notoriedade internacional. Quando veio ao Brasil pela terceira vez, em 1962, e visitou o Pedregulho, Le Corbusier teria afirmado que os brasileiros tinham realizado uma obra mais completa do que a que ele próprio pudera realizar.<sup>22</sup> Omite-se dessa afirmação e de tantas outras, que não se tratava da construção em si das habitações, mas da sua administração. Carmen Portinho, Affonso Reidy e boa parte da equipe do DHP tinham certeza de que sua arquitetura não era encerrada em si mesma e de que, para que funcionasse a complexa estrutura construída, era preciso, antes de tudo, vencer as barreiras ideológicas e firmar posição diante das administrações públicas. Eles lutaram pela aplicação de seus ideais ao longo de todo o tempo de funcionamento do DHP, quer pela construção das unidades residenciais, quer por sua correta administração, o que nem sempre foi possível.

## O CONJUNTO RESIDENCIAL PAQUETÁ

O Conjunto Residencial Paquetá, comparado aos demais conjuntos construídos pelo DHP, parece destoar. Contudo, ele é um ótimo exemplo da riqueza e da diversidade das arquiteturas advindas dessa matriz teórica. Embora claramente moderno, sua escala e sua própria conformação de sobrados enfileirados compõem um tipo único no contexto da obra do Departamento. De autoria do arquiteto Francisco Bolonha, o projeto do conjunto data de 1949 e a inauguração da primeira parte, constituída do escritório do serviço social e de dois blocos de habitação, com 27 apartamentos, de 1952. O *playground*, o campo de basquete e o jardim foram executados alguns anos mais tarde. Na equipe, a estrutura era de Sidney Gomes dos Santos, David Astracan e Carlos Góes, a fiscalização e o desenho de Lygia Fernandes e Gabriel Souza Aguiar e o painel de ladrilhos hidráulicos de Anísio Medeiros.<sup>23</sup>

Embora se divulgue<sup>24</sup> que o conjunto teria sido o único, do DHP, totalmente construído conforme projeto, com 27 casas, sede do serviço social e administração, sua primeira concepção englobava outro bloco circular, com 28 sobrados enfileirados, no morro, com vista para a Baía de Guanabara, em frente à famosa Pedra da Moreninha.

A construção do conjunto parece ter sido impulsionada pelo fato de que o prefeito da época, Mendes de Moraes, proprietário de uma casa em Paquetá e convivendo com o problema das favelas na Ilha, teria sugerido o local para a construção do conjunto. A crise habitacional assolava a cidade como um todo, e a Ilha de Paquetá, embora se mantivesse resguardada da visão da maioria da população, tinha grande repercussão. Ela havia se consolidado, ao longo dos primeiros anos do século, como reduto paradisíaco e “recanto turístico” para férias da elite carioca. Durante os períodos colonial e imperial foi grande extratora de cal da Baía de Guanabara, mas no início do século XX teve escasseada essa atividade e aumentada a do turismo, atraindo grande número de imigrantes vindos de Minas e do Espírito Santo, para trabalhar nos setores de serviço, que ocuparam barracos e cortiços.<sup>25</sup>

Segundo divulgação da época, o conjunto:

*(...) destina-se à moradia de operários que trabalham naquela ilha, antes residentes em péssimas condições: barracos de favela, cortiços, etc.*<sup>26</sup>

Tinha dupla finalidade:

*(...) proporcionar habitação conveniente a funcionários municipais de salário mínimo e contribuir para a extinção de favelas naquele recanto turístico da cidade.*<sup>27</sup>

O conjunto localiza-se em terreno comprado pela Prefeitura do Distrito Federal, em 1941, ainda na gestão de Henrique Dodsworth, denominado chácara “Pedra da Moreninha”, muito próximo da famosa pedra de mesmo nome. A chácara foi desapropriada em 1939 e, depois, locada pela PDF a uma empresa de parques de diversões. Ao surgir o projeto de construção de um conjunto residencial na Ilha, o local, ocupado por barracos, foi escolhido pela equipe do DHP, por ser o maior terreno de que a prefeitura poderia dispor naquele momento. Mas, parece que, o processo não se deu sem protestos: muitos moradores reclamaram da construção de um edifício popular em local histórico.<sup>28</sup>

O conjunto constitui-se de dois blocos laminares de sobrados colocados perpendicularmente entre si, alinhados com a parte posterior do terreno. Afastados da rua, quebram a percepção do lote, não estabelecendo com este nenhuma relação de subordinação. Ao fundo do bloco menor, numa cota mais alta, encontra-se a casa do administrador, utilizada nos anos do DHP pelo serviço social. Atrás dessa casa, o morro, onde seria localizado o conjunto circular. As alusões ao Conjunto de Pedregulho quando se observa esse projeto, parecem inevitáveis: Bolonha tira partido da topografia e implanta uma edificação que pousa sobre o terreno.

Internamente, os apartamentos construídos contam, no andar térreo, com uma sala de pé-direto uma vez e meia maior que o dos demais cômodos, cozinha e copa; no andar superior, com dois quartos e um banheiro. As casas têm ventilação cruzada e o acesso se dá por um corredor aberto, modulado por paredes de cobogó, hoje incorporado como varandas.<sup>29</sup> Esse corredor, como nos demais conjuntos do DHP, mediará a relação entre público e privado, configurando um espaço semipúblico. Tais espaços coletivos são apropriados das mais diferentes formas, como área privada (no caso de Paquetá) ou como área de lazer (no caso do Pedregulho). Ao fundo das casas, um pequeno quintal, fechado lateralmente por muros maciços e na divisa com a rua por uma parede de cobogó garantiam aos moradores área privativa para lazer e atividades domésticas.<sup>30</sup> Externamente os jardins têm *playground* e quadra de basquete.

A vida em conjunto experimentada nas “unidades de habitação” parecia perfeita para a solução dos problemas habitacionais cariocas. O que o povo precisava, além de um local que lhe acolhesse das intempéries, era um local que o transformasse por inteiro. No Conjunto de Paquetá chegou-se bem perto da realização deste ideal.

## NOTAS FINAIS

Muitos foram os embates políticos e teóricos que o grupo vinculado ao movimento moderno na PDF teve de enfrentar para implementar as unidades residenciais autônomas. Em primeiro lugar, a arquitetura e o urbanismo que o DHP tinha como ideais foram recorrentemente criticados, dentro e fora da instituição, como excessivamente sofisticados para o fim a que se destinavam, porque inadequados à realidade do País. Os grandes blocos habitacionais, com serviços adjacentes à morada, eram entendidos por alguns técnicos e empreendedores como solução equivocada para a questão: trabalhadores deveriam morar em casas unifamiliares isoladas no lote, jamais nos ditos impessoais blocos de habitação.

Em segundo lugar, para os críticos, o conceito de morar e “transformar-se progressivamente através do habitar”, possibilitado pelas unidades residenciais autônomas, não passava de mera utopia. Agravador das críticas foi o fato de que, quando os conjuntos começaram a ser

construídos, e sua conclusão levou anos, a elas se somou o argumento da impossibilidade de execução de estruturas tão caras. Projetos com jardins de Burle Marx e painéis de Portinari, grandes estruturas de concreto implementadas com base no estudo, caso a caso, do sítio e das melhores possibilidades de aproveitamento do terreno, com revestimentos feitos para durar, esquadrias personalizadas e detalhes pensados e desenhados para cada conjunto, eram, cada vez mais, entendidos como irreprodutíveis.

Com isso, a lógica da arquitetura emblemática, “feita para chamar a atenção do mundo”, criada em grande parte pela própria Carmen Portinho, suplantou a de origem: o DHP tinha um plano habitacional para a cidade-capital do Rio de Janeiro no qual se propunha, com os conjuntos residenciais, solucionar o problema da grave crise habitacional. Os conjuntos seriam reproduzíveis pela cidade: cada bairro do Rio de Janeiro deveria receber uma unidade nos moldes planejados. As arquiteturas não eram massificadas, sequer únicas. Único era o conceito de habitar.

Habitar, para o grupo do DHP, significava criar determinadas condições de moradia para os trabalhadores, inicialmente funcionários da PDF, encontradas idealmente nas unidades residenciais autônomas: o espaço privado da casa tinha as funções divididas entre estar e íntimo, distribuídas por meio de duplex. Ventilação cruzada, boa aeração, cozinhas e banheiros com as peças adequadas também eram elementos básicos de todos os projetos. Mas habitar não se restringia à casa em si. Serviços adjacentes à morada, escola, posto de saúde, creche, sede social e áreas livres ajardinadas e cuidadas, eram pontos básicos do plano de moradia. Não somente porque todos os cidadãos deveriam ter acesso a esses serviços, mas porque estes deveriam fazer parte do plano de morar. Não foi esta uma questão apenas para o DHP. As autarquias paraestatais do País construíram largamente segundo esse conceito, cujos exemplos no Rio de Janeiro podem ser, dentre muitos, o Conjunto de Realengo do IAPI e o Conjunto de Olaria do IAPC. Lavanderia, mercado comunitário, escola, creche, áreas livres de edificação, lazer, ordenado e cuidado pelas assistentes sociais, e apartamentos duplex são elementos presentes nestes e em muitos outros conjuntos brasileiros contemporâneos do Pedregulho, Marquês de São Vicente, Vila Isabel e Paquetá.

A primazia do DHP foi ter sido capaz de equacionar, no âmbito da prefeitura, esse mesmo conceito em formas arquitetônicas diversificadas e ricas. Todos os conjuntos construídos trazem em si aspectos a um só tempo originais e conhecidos. Sendo verdade que a arquitetura moderna brasileira foi capaz de reelaborar os conceitos internacionais de arquitetura veiculados pelo movimento moderno, as realizações do Departamento servem como paradigma. Os modelos de morar do pós-2ª Guerra Mundial na Europa e nos Estados Unidos são quase exatamente os que se encontram nos conjuntos cariocas, estes ventilados, porém, por ares locais.

O conceito de morar divulgado pelo DHP através dos conjuntos residenciais era indubitavelmente a faceta ideológica do habitar popular. Era este um aspecto vital dos conjuntos varguistas, os IAPs, em que a casa era entendida como formativa desse homem novo, trabalhador da nação. No DHP, as casas destinavam-se inicialmente aos funcionários municipais, cuja moradia deveria ser exemplo no âmbito da cidade do Rio de Janeiro. Era muito claro para os arquitetos do DHP que a arquitetura deveria ser claramente acompanhada de instruções sobre a utilização de seus espaços para que se cumprisse o ideal de transformação. A historiografia da arquitetura comumente, além de omitir um projeto habitacional mais amplo, omitiu também a importante questão da normatização. Embora propusesse moradias mais dignas para os trabalhadores, que os tirassem da condição de pobreza e miséria em que viviam no Rio de Janeiro daqueles anos, o discurso dos arquitetos modernos não excluiu o aspecto normatizador e modelador dos trabalhadores.

Embora tenham sido, decerto, realizações únicas e admiráveis em experiência do morar, comdo inúmeros aspectos de vanguarda e de inovação, os conjuntos habitacionais construídos pelo DHP não deixaram de incorporar o autoritarismo. Não era uma questão, para seus técnicos de habitação, de respeitar ou interrogar as preferências ou compreender espaços cotidianos dos futuros moradores dos conjuntos habitacionais. Conhecer as condições de moradia tornava-se

importante somente porque importava atestar quão miseráveis eram e quanto precisavam de assistência e casas adequadas. Conhecer para respeitar ou para trazer contribuições aos novos espaços seria uma questão que surgiria anos depois, nos anos 60 mais precisamente, e não parece correto cobrar essa postura dos arquitetos.

É possível admirar as arquiteturas do Pedregulho, Vila Isabel, Marquês de São Vicente e Paquetá como exemplos singulares de um modo de fazer e pensar arquitetura e urbanismo no País e como importantes realizações do movimento moderno nacional, mas não é possível anular esse aspecto do “modo de usar”, nem mesmo colocá-lo em segundo plano. O tema do “habitar modelar” esteve presente nas realizações habitacionais privadas do início do século e nas vilas operárias; verificou-se fortemente, ainda que com outro caráter, nos conjuntos de Vargas e nos parques proletários provisórios. Por que teria magicamente desaparecido nos anos do DHP? Estudar e compreender o DHP como parte de um plano habitacional público para o Rio de Janeiro e incorporá-lo ao processo de intervenções da cidade foi um dos esforços desta pesquisa. Compreender a arquitetura do grupo liderado por Carmen Portinho e Affonso Reidy como a faceta progressista do debate habitacional dos anos 40 e 50, porque era moderna na imagem ou porque defendia o aluguel, é anuviar aspectos vitais do programa de moradia. As arquiteturas, sendo “belas”, deveriam ser também “adequadas”, e por adequadas se entendia respeitar determinado molde de comportamento e utilizar as casas e as facilidades externas conforme indicado nos regulamentos ou regimentos e ensinado cotidianamente pelos espaços e pelas assistentes sociais.

<sup>1</sup> Passaremos a nos referir ao Departamento de Habitação Popular por DHP, sigla pelo qual ficou conhecido.

<sup>2</sup> Decreto nº 9.124, de 4.4.1946.

<sup>3</sup> PONTES, 1997.

<sup>4</sup> HABITAT, out. 1955:24.

<sup>5</sup> Decreto nº 9.124, de 4.4.1946.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> CARPINTERO, 1997: Capítulo 3.

<sup>8</sup> LOPES, jan. 1947:60.

<sup>9</sup> **Anais do Conselho Técnico da Fundação da Casa Popular.** 55ª Sessão, 16.7.1953:281.

<sup>10</sup> **Anais do Conselho Central da Fundação da Casa Popular.** 198ª Sessão. 16.3.1953:198.

<sup>11</sup> Entrevistas de Francisco Bolonha (01.10.2001) e de Marcos Konder Neto (26.10. 2001) à autora.

<sup>12</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO, 25.12.1952.

<sup>13</sup> DIÁRIO DA NOITE: 15.3.1948

<sup>14</sup> O GLOBO, 20.2.52.

<sup>15</sup> Entrevista concedida à autora em 1.10.2001.

<sup>16</sup> BRUAND, 1991:223.

<sup>17</sup> BONDUKI, 2000:12.

<sup>18</sup> A primeira versão da Unidade de Habitação de Marselha foi elaborada em 1945, a pedido do Ministro da Reconstrução da França. A versão construída é de 1946, inaugurada em 1952. Foram construídas outras quatro unidades de habitação: Reze-làs-Nantes (1953), Berlin (1953), Briey-em-Forêt (1957) e Firminy-Vert (1968), esta última após a morte de Corbusier. FRAMPTON, 2001:155-166.

<sup>19</sup> Anísio Medeiros estudou arquitetura na Faculdade Nacional de Arquitetura, e era estudante quando Reidy o convidou para fazer os painéis para o conjunto. Sua carreira foi dedicada à cenografia e às artes plásticas. Realizou painéis de azulejos em obras de Francisco Bolonha, em Cataguases, e no Monumento aos Pracinhas, de Marcos Konder Neto. Ganhou diversos prêmios de cenografia e de artes plásticas, como a Medalha de Prata, no Salão Nacional de Belas Artes (1956) e de melhor cenógrafo nacional na Exposição de Artes Plásticas do Teatro, em 1965. Entrevista concedida à autora, em 9.11.2001 e PONTUAL, 1969.

<sup>20</sup> PROJETO PORTINARI, 7.4.1983:24-30.

<sup>21</sup> Portinari recebeu da empresa de engenharia Riobra S.A., uma das responsáveis pela construção do Pedregulho, o pagamento de Cr\$30.000,00 pela execução do painel, valor estipulado em orçamento e combinado previamente com Carmen. Correspondência trocada entre Carmen Portinho e Portinari. **APCP** e Projeto Portinari.

<sup>22</sup> CAVALCANTI, 1987:72.

<sup>23</sup> Este painel, infelizmente, já não existe.

<sup>24</sup> FRANCO, 1994:97.

<sup>25</sup> COARACY, 1991. O fenômeno que ocorre na Ilha de Paquetá é típico das transformações ocorridas com a criação da zona industrial na cidade do Rio, pelo Decreto nº 6.000 de 1937, quando as fábricas foram progressivamente expulsas para as áreas determinadas pela legislação.

<sup>26</sup> HABITAT, set./out. 1954:17.

<sup>27</sup> REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, jan./mar. 1954:13.

<sup>28</sup> JORNAL DO BRASIL: 24.7.1953

<sup>29</sup> Somente uma casa mantém-se como originalmente, com a divisão interna e os revestimentos tais como especificados no projeto.

<sup>30</sup> Este muro de cobogó foi fechado, e a quase maioria dos moradores abriu nele uma porta de acesso à rua dos fundos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONDUKI, Nabil (org.) **Affonso Eduardo Reidy**. Série Arquitetos Brasileiros. Lisboa/São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura Moderna Brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- CARPINTÉRO, Marisa V. T. **A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional do Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.
- CAVALCANTI, Lauro. **Casas para o povo**. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional. Rio de Janeiro: mimeo, 1987.
- COARACY, Vivaldo. **Paquetá, imagens de ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- DIÁRIO DA NOITE. “Casas para funcionários municipais – núcleos residenciais em vários pontos da cidade”. **Diário da Noite**. Rio de Janeiro: 15.3.1948.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. “Conjuntos residenciais contra o problema pululante das favelas do Distrito Federal”. **O Estado de São Paulo**. São Paulo: 25.12.1952.
- FRAMPTON, Kenneth. **Le Corbusier**. Londres: Thames & Hudson, 2001.
- FRANCO, Luiz Fernando. “Francisco Bologna. Obra, concha, pedra”. **Arquitetura & Urbanismo**, nº 56. São Paulo: 1994. p. 97-106
- \_\_\_\_\_. “Francisco Bologna, ou a modernidade resistente ao clichê modernista”. **Arquitetura Revista**, vol. 6. Rio de Janeiro: 1988. p.16-26
- O GLOBO. “Problema nacional, as ‘favelas’ do Rio”. **O Globo**. Rio de Janeiro: 20.2.1952.
- HABITAT. “Conjunto Residencial Paquetá, Rio de Janeiro”. **Habitat** nº18. São Paulo: set./out. 1954. pp.17-19
- \_\_\_\_\_. “Conjunto Residencial Gávea – Rio de Janeiro”. **Habitat** nº24. São Paulo: out. 1955.
- JORNAL DO BRASIL. “Atentado em perspectiva – A ‘Chácara da Moreninha’ ameaçada de desaparecer pelo projeto da engenheira Carmen Portinho!” **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: 24.7.1953.
- LOPES, Francisco de Paula Marques. “Um aspecto da habitação proletária”. **Revista Municipal de Engenharia**, Rio de Janeiro: jan. 1947. pp.57-62
- MINDLIN, Henrique. **Arquitetura moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.
- PONTES, Heloísa. “Círculos intelectuais e experiência social”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº34, vol. 12. Jun. 1997. pp.57-69
- PONTUAL, Roberto. **Dicionário das Artes Plásticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- PROJETO PORTINARI. **Programa Depoimento. Entrevista com Carmen Portinho**. Rio de Janeiro: mimeo, 7.4.1983.
- REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA. “Conjunto Residencial Paquetá”. **Revista Municipal de Engenharia**, nº1, vol. XXI. Rio de Janeiro: jan./mar. 1954. p.11-18